

## *Religiosas Presentes: Presença e participação de religiosas em movimentos de oposição político-social à ditadura militar no Brasil<sup>1</sup>*

Caroline Jaques Cubas<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo apresentar eventos que permitem observar a presença e participação de religiosas católicas em movimentos de resistência e/ou oposição político-social ao regime militar no Brasil. Para tanto, recorremos prioritariamente aos acervos do Sistema Nacional de Informação e Supremo Tribunal Militar, disponibilizados pelos projetos Memórias Reveladas e Brasil Nunca mais. Além desses, os acervos da Conferência dos Bispos da França e da Biblioteca Internacional de História Contemporânea — La Contemporaine — possibilitaram acesso a documentos produzidos pela Igreja, em seus mais distintos órgãos e comissões. Tais documentos permitem-nos refletir sobre a dimensão política do envolvimento das religiosas e contribuir com a amplificação e adensamento do debate sobre as relações entre Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil.

**Palavras-chave:** Vida religiosa feminina; Ditadura militar; Lutas sociais; Igreja Católica.

### **Religious Women Present:**

#### **Presence and participation of religious women in political-social opposition movements to the military dictatorship in Brazil**

**Abstract:** The aim of this article is to present events that allow us to observe the presence and participation of Catholic religious women in movements of resistance and/or political and social opposition to the military regime in Brazil. To this end, we have turned primarily to the collections of the National Information System and the Supreme Military Court, made available by the projects Memórias Reveladas and Brasil

<sup>1</sup> O artigo apresenta resultados parciais da pesquisa “As mães bas-bleu: religião, política e moral na ditadura e redemocratização (1959-1988)” e conta com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

<sup>2</sup> Professora Associada do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua no Programa de Pós-Graduação em História e Mestrado Profissional em Ensino de História na mesma Universidade. Pesquisadora dos grupos de pesquisa “Ensino de História,

Nunca mais. In addition to these, the collections of the French Bishops' Conference and the International Library of Contemporary History — La Contemporaine — were of the utmost importance in providing access to documents produced by the Church, in its various bodies and commissions. These documents allow us to reflect, from a gender perspective, on the political dimension of the involvement of religious women and contribute to broadening and deepening the debate on the relationship between the Catholic Church and the Military Dictatorship.

**Keywords:** Women's religious life; Military dictatorship; Social activism; Catholic Church.

### **Mujeres Religiosas Presentes:**

#### **Presencia y participación de religiosas en movimientos de oposición político-social a la dictadura militar en Brasil**

**Resumen:** El objetivo de este artículo es presentar hechos que permitan observar la presencia y participación de religiosas católicas en movimientos de resistencia y/u oposición político-social al régimen militar en Brasil. Para ello, hemos utilizado principalmente las colecciones del Sistema Nacional de Informaciones y del Supremo Tribunal Militar, puestas a disposición por los proyectos Memórias Reveladas y Brasil Nunca mais. Además de éstas, las colecciones de la Conferencia Episcopal Francesa y de la Biblioteca Internacional de Historia Contemporánea — La Contemporaine — tuvieron una importancia capital, ya que permitieron acceder a documentos producidos por la Iglesia, en sus más diversos órganos y comisiones. Estos documentos permiten reflexionar, desde una perspectiva de género, sobre la dimensión política de la participación de las religiosas y contribuyen a ampliar y profundizar el debate sobre la relación entre la Iglesia Católica y la Dictadura Militar.

**Palabras clave:** Vida religiosa femenina; Dictadura militar; Luchas sociales; Iglesia Católica.

*Recebido em 09/02/2024 - Aprovado em 05/04/2024*

### **Introdução**

Em 31 de janeiro de 2024, os 60 anos do golpe militar no Brasil foram evocados em uma publicação da Associação de Arquivistas de São Paulo no blog *Ponto de Vista Arq-SP*, voltado a manifestar a opinião da associação “sobre o que se escreve ou publica a

memórias e culturas (CNPQ/UEDESC) e Memória e Identidade (CNPQ/UEDESC). E-mail: caroljucubas@gmail.com.

propósito dos arquivos, de modo a estimular o exercício crítico e o debate entre os profissionais da área” (ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DE SÃO PAULO, 2024, s/p)<sup>3</sup>. A postagem, intitulada “A paralisação do Memórias Reveladas e os 60 anos do golpe militar”, contava, seis dias após sua publicação, com 857 visualizações, além dos vários compartilhamentos — de difícil quantificação — nas redes sociais de associações, como a Associação Nacional de História (ANPUH), instituições e profissionais que reclamavam a atenção da atual gestão do Arquivo Nacional e do Governo Federal para a relevância da produção científica e acadêmica sobre o passado recente do país.

A corajosa iniciativa da associação de arquivistas denunciou o “esvaziamento do Memórias Reveladas” e a morosidade do Arquivo Nacional na recomposição do projeto (ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DE SÃO PAULO, 2024, s/p). Ao ressaltar a relevância da efeméride, no sentido de fortalecer, via rememoração, a construção de uma sociedade que se deseja democrática e a luta contra iniciativas autoritárias, a publicação retomou a breve trajetória do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964–1985): Memórias Reveladas, criado em 2009 com o objetivo primeiro de disponibilização de acervos sobre o regime militar e as lutas políticas durante a ditadura. Desde então, além da disponibilização de documentos, o centro atua na produção e difusão de conhecimento sobre o período, seja através da organização de eventos diversos ou do incentivo a publicações. Tal trajetória, todavia, é assolada por um preocupante processo de esvaziamento dos seus sentidos políticos e de inúmeras dificuldades administrativas, atravessadas pelo Centro desde 2016. Conforme a publicação, “um dos aspectos mais graves do esvaziamento do Memórias Reveladas é a paralisação da disponibilização de acervos sobre a ditadura e a resistência no Brasil (...)” (ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DE SÃO PAULO, 2024, s/p). A constatação da preocupante situação, somada ao silêncio em relação a uma possível retomada das atividades, motivou a publicação-denúncia, imediatamente encampada por pares.

Os eventos de 1964, assim como outros relacionados ao regime autoritário, permanecem vívidos no debate público nacional (MOTTA, 2021). Este passado recente, constitutivo do que convencionamos chamar presente, vem sendo amplamente abordado nos últimos anos via esforços de pesquisa que permitem observar as minúcias do sistema repressivo, a criatividade das distintas formas de resistência, a pluralidade de projetos de futuro e a complexidade de ações de vidas que insistiam em sua cotidianidade (Cf. JOFFILY, 2018). A ampliação de temáticas sobre as quais versam os trabalhos sobre a ditadura militar nos últimos 20 anos, devem-se, em parte, a disponibilização de

---

<sup>3</sup> A citação transcreve, em parte, a apresentação de blog <https://pontodevistaarqsp.wixsite.com/blogpontodevista>. Neste caso, não há referência de autoria ou paginação.

importantes acervos documentais, por meio de iniciativas como as do projeto Memórias Reveladas<sup>4</sup> ou do Brasil Nunca Mais Digital<sup>5</sup>, que em 2013 inaugurou sua plataforma virtual, ampliando desta maneira o acesso ao acervo do projeto empreendido pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo na década de oitenta, composto atualmente pelo relatório do projeto, por 710 processos do Supremo Tribunal Militar (STM) e por vasta documentação cedida pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Comissão Justiça e Paz.

A referência a ambas as iniciativas de tratamento, salvaguarda e disponibilização dos acervos documentais justifica-se aqui por ser o presente artigo delas tributário. Os documentos encontrados nos acervos disponibilizados pelo Memórias Reveladas e Brasil Nunca Mais, somados a outros adiante citados, permitem-nos complexificar as relações entre Igreja Católica e Ditadura militar no Brasil.

As relações estabelecidas entre a Igreja Católica e a Ditadura Militar contam já com um montante bastante expressivo de reflexões, materializadas em artigos, livros, teses e dissertações (BRUNEAU, 1979; DELLA CAVA, 1985; LOWY, 2002; MAINWARING, 2004; SERBIN, 2001, 2008; GOMES, 2014). Apesar da variedade e densidade das abordagens, ressaltamos a (ainda) pouca atenção dispendida à participação de religiosas neste mesmo contexto (NUNES, 1985; REZENDE, 1999; CUBAS, 2018). A este respeito, é importante ressaltar que grande parte dos trabalhos voltados a pensar as relações entre Igreja Católica e ditadura militar, tratam da Igreja como instituição e, por essa razão, respaldam suas reflexões nos posicionamentos anunciados via Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Tais documentos permitem uma densa percepção das relações entre Igreja e Estado ancorada nos posicionamentos oficiais em relação ao regime político que vigorou de 1964 a 1985 (considerando, inclusive, as especificidades e as tensões inerentes a cada momento).

A respeito dos posicionamentos institucionais da CNBB, é relativamente consensual a seguinte sistematização, aqui sintetizada a partir da leitura do brasilianista Scott Mainwaring (2004, p. 131): “A CNBB (...) percorrerá um longo trajeto. Após ter quase dado apoio ao regime militar (1964–1968), levantou uma voz tímida contra os excessos da repressão (1968–1972) e finalmente se firmou nas críticas às violações dos direitos humanos e abusos (1973–1982).” Cada uma destas fases é analisada a partir de uma leitura atenta dos documentos expedidos pela CNBB e das sucessões diretivas da Conferência, atribuindo a ela um caráter ora conservador, ora progressista. Ainda assim, mesmo nos primeiros momentos do regime militar (quando a CNBB estava sob a direção

<sup>4</sup> Memórias Reveladas — Arquivo Nacional — Memórias Reveladas ([www.gov.br](http://www.gov.br))

<sup>5</sup> BNM — Digit@l ([mpf.mp.br](mailto:mpf.mp.br))

de bispos conservadores, como Dom Agnelo Rossi de São Paulo), já se manifestava o desacordo em relação às medidas hostis e repressivas perpetradas contra membros da Igreja. A temática da justiça social, que será grande fonte de tensões e discordâncias entre Igreja progressista e o Estado autoritário, especialmente na década de 1970, já aparece na “Declaração da CNBB sobre a situação nacional”, publicada em 03 de junho de 1964, como uma condição para o pleno apoio da Igreja em relação ao regime recém-instituído:

Não nos curvamos, porém, às injunções de política partidária, nem às pressões de grupos de qualquer natureza, que pretendam, por acaso, silenciar a nossa voz em favor do pobre e das vítimas da perseguição e da injustiça [...], além de defender a [...] urgência da restauração da ordem social, em bases cristãs e democráticas (Declaração da CNBB sobre a situação nacional, apud SALEM, 1981, p. 27).

Ao tratar das mudanças de posicionamento observadas na CNBB e tentar explicá-las via uma sorte de conjunção de fatores, Mainwaring oferece-nos importantes considerações. Ao mesmo tempo em que ressalta a importância institucional da CNBB na oposição ao regime militar, o autor indica que a “CNBB não é a única expressão do catolicismo brasileiro” acrescentando que na maioria das vezes, especialmente ao pensarmos em uma Igreja voltada ao povo, os bispos reagiram após iniciativas de agentes pastorais das bases. O próprio Paulo Evaristo Arns, ao falar sobre a posição de proeminência da Igreja de São Paulo ao longo dos anos de 1970, ressaltou que todas as mudanças mais importantes por ele implementadas já haviam sido iniciadas nas bases (MAINWARING, 2004, p. 105–124).

É necessário salientar que as lutas políticas e sociais encampadas publicamente através dos documentos da CNBB não foram efetivadas exclusivamente pelos bispos brasileiros. Religiosos e religiosas, ainda que seu órgão de representação oficial, a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) não tenha anunciado formalmente uma oposição ao regime militar, tiveram participação efetiva em movimentos de resistência ou tomaram parte em manifestações de oposição político-social.

Diante disso, nosso intuito aqui é ressaltar a participação daqueles e, particularmente, daquelas que, por não fazerem parte dessa oficialidade, têm suas trajetórias menos conhecidas ou enfatizadas. Portanto, o objetivo deste artigo é destacar a presença e participação de religiosas católicas em movimentos de resistência e/ou oposição político-social ao regime militar no Brasil.

Em termos metodológicos, a observação das ações perpetradas pelas religiosas exigiu a leitura de um corpo de fontes ampliado. Para além das pistas encontradas na bibliografia pertinente ao tema, recorremos, para a composição deste artigo, a importantes acervos documentais: nos acervos do Brasil Nunca Mais e do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964–1985): Memórias Reveladas foram consultados processos provenientes do STM e do Sistema Nacional de Informações (SNI), os quais faziam alguma referência a presença de religiosas. Para tanto, foram realizadas buscas nos referidos bancos de dados a partir dos termos-chave “religiosas”, “freira” ou “irmã”. Na medida em que apareciam referências nominais a alguma religiosa, novas buscas foram realizadas utilizando os nomes próprios como termos-chave. Além dos processos, foram encontrados na La Contemporaine — bibliothèque, archives, musée des mondes contemporaine<sup>6</sup> e no Archive d’Église de France/Conférence des Évêques de France, recortes de jornais e documentos diversos organizados a respeito das ações de missionários e missionárias francesas no Brasil. É importante ressaltar que cada documento exigiu uma cuidadosa leitura, considerando suas materialidades, contextos, distintos locais de produção e intencionalidades. Enquanto os documentos dos processos dos acervos da repressão tratam das religiosas tendo a suspeição como ponto de partida, os arquivos encontrados nos acervos da Igreja são, majoritariamente, marcados pelo tom da denúncia e inconformidade.

### ***Religiosas Presentes***

Em relação à participação das religiosas<sup>7</sup> em movimentos de oposição político-social ao regime instaurado em 1964, além de sua condição institucional<sup>8</sup>, deve-se considerar um fato óbvio, porém singularizante: eram mulheres. Isso não significa, em acordo com Joan Scott (2012), o pertencimento a uma categoria homogênea, mas permite considerar que, como mulheres, ocupavam lugares sociais particulares, os quais potencializavam uma condição de pouca visibilidade. Como mulheres vinculadas a uma

<sup>6</sup> Quando os documentos foram acessados pela primeira vez, em 2013, a biblioteca se chamava Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine — BDIC.

<sup>7</sup> É importante precisar que nos referimos aqui às religiosas de vida ativa, abarcando através esta designação tanto as religiosas tradicionais de vida ativa, cuja atuação ocorria em colégios, hospitais, pastorais, usando ou não o hábito religioso e sem uma atuação nos meios populares, quanto as religiosas inseridas, cuja atuação se dava em meios populares e periferias.

<sup>8</sup> É preciso lembrar que “mesmo proferindo os votos perpétuos, a irmã não é ordenada como um padre e, portanto, não está apta a ministrar os sacramentos. Não participa de sínodos e das definições mais significativas dentro da Igreja. Seus espaços de atuação, em nome dessa instituição que restringe sua participação de forma veemente, estão relacionados à ação pastoral, em comunidades de base, escolas, asilos e hospitais” (CUBAS, 2018, p. 25).

instituição reconhecidamente patriarcal (por mais que essa instituição seja também marcada por tensões e heterogeneidade), suas incursões na esfera do político não eram, muitas vezes, reconhecidas como tal. Como categoria, não é possível delegar às religiosas um posicionamento contrário ou favorável aos expedientes praticados pelo regime militar. Ainda assim, muitas daquelas que reprovavam práticas de opressão e que agiam no sentido de explicitar esta reprovação, o fizeram em espaços ou por manifestações que poderiam não serem entendidas como políticas, se partirmos de uma percepção dicotômica, ancorada na compreensão de que o político é público e o apolítico é da ordem do privado. Ao tratarmos dos posicionamentos de membros da Igreja contra o regime militar, é comum observarmos referências ao nome de bispos e padres que, proferindo missas ou mensagens públicas, explicitavam desacordo em relação à adoção da tortura (assumida ou não) como instrumento e à violação dos direitos humanos. No caso das religiosas, em função de sua condição institucional e ao fato de serem mulheres, não ocupavam púlpitos. Poucas foram as vezes em que manifestaram opiniões publicamente. Isso não quer dizer, porém, que eram alheias ao que ocorria em território nacional. Ao observarmos a presença de religiosas em ações de oposição político-social ao regime militar, é necessário considerar que, muitas vezes, tais ações ocorreram em espaços distintos e assumiram formas diversificadas.

Ao tratar da Igreja no Amazonas, anunciando-a como um caso exemplar de Igreja regional que, de certa maneira, antecipou e influenciou nas “mudanças que posteriormente fariam com que a Igreja brasileira se tornasse a mais importante instituição a defender os pobres e os direitos humanos”, Mainwaring (2004, p. 131) cita passagens nas quais as tensões entre Igreja e Estado foram configuradas a partir das ações de padres e freiras. A região do Araguaia é referida como foco de vários conflitos. Segundo Mainwaring, a Superintendência do Desenvolvimento do Amazonas (SUDAM) aprovou mais projetos nesta região do que em qualquer outra do país. Tal iniciativa gerou mudanças significativas na estrutura social, nos padrões de posse de terra e produção. A posse da terra era reivindicada por grandes fazendeiros que, com o subsídio do Estado, apoderavam-se de grandes extensões territoriais, desconsiderando aqueles que viviam no local. O agravamento da violência incitou posições socialmente engajadas por parte de religiosos e religiosas, resultando em conflitos com o Estado, como em 4 de junho de 1972, quando dois padres e uma freira foram presos, sendo um dos padres torturados. Os três religiosos foram liberados apenas após a intervenção de Dom Estevão Cardoso de Avelar. A repressão causava tanta consternação que os agentes pastorais sugeriram que dois padres e duas freiras que atuavam no local deveriam abandonar a região por tempo indeterminado, afinal arriscavam-se a futuras prisões e torturas e, além disso,

representavam risco aos líderes leigos a eles associados (MAINWARING, 2004, p. 105–113).

É importante frisar que a ação da Igreja na região foi motivada, a princípio, por questões sociais. A preocupação primeira eram as dificuldades de acesso à terra para camponeses e grupos indígenas regionais a partir do momento em que a região do Amazonas foi contemplada pelo governo Castelo Branco com um compromisso de desenvolvimento, por meio de incentivos fiscais e da aquisição de terras por investidores estrangeiros e do sul do país. Os conflitos em torno da terra na região acirravam-se progressivamente com violência, e foi a esta situação de desamparo e de uso da violência que se direcionaram os trabalhos pastorais e as primeiras críticas diretas à política de desenvolvimento do Amazonas. Importante ressaltar que a repressão e os conflitos na região eram travados tanto com militares quanto com os grandes investidores. Questionar a política governamental de desenvolvimento e suas consequências, sugerir a redistribuição de terras como forma de resolução do problema e, através das comunidades de base construídas no local, questionar a situação de marginalização destas comunidades, tornavam-se atos de enfrentamento e, conseqüentemente, de subversão perante o regime. A tensão entre os religiosos e a polícia na região foi denunciada por Dom Pedro Casaldáliga, em carta enviada à arquidiocese de São Paulo em 08 de julho de 1973. A carta inicia com a seguinte denúncia:

Faz três dias e duas noites que estamos presos, dentro da residência episcopal, eu e os PP. Canuto, Pedro Mari e Leopoldo. As irmãs, residentes em São Félix estão nas mesmas condições. Se saímos para rezar missa somos escoltados pela polícia, armada. (...) Ontem, também, o capitão Couto Moacir, delegado regional da Polícia Militar, em Barra do Garças, e o tenente Benedito Rodrigues da Silva – mais outros oito policiais, fardados uns e outros à paisana, invadiram armados a residência episcopal e a casa das Irmãs, aqui em São Félix, contra o meu protesto explícito e reiterado. Fizeram-me abrir o arquivo, vasculharam as duas casas canto por canto (CASALDÁLIGA, 1973, s/p).

Conforme Dom Pedro na sequência de sua carta, a ação da polícia era justificada pela busca a leigos que atuavam na região. A atuação de freiras na prelazia do Araguaia, ao lado de Dom Pedro Casaldáliga, foi ressaltada também por Mairon Escorsi Valério,



tanto no que diz respeito às campanhas missionárias, que buscavam a intervenção da Igreja no meio social através da prática da alfabetização (método Paulo Freire), assistência de saúde, higiene e promoção de conscientização, quanto nas repressões sofridas em função de tais ações. De acordo com Valério:

No ano de 1973 a repressão aumentou com a ocupação definitiva de São Félix pelo Exército, Aeronáutica e Polícia Militar. Toda a região foi controlada, as casas vasculhadas, os posseiros espancados e as professoras do Ginásio de São Félix enfileiradas sob a mira das metralhadoras. Os padres, bispos e as freiras tiveram suas casas revistas e cercadas, alguns ficando presos. (VALÉRIO, 2007, p. 39)

Uma carta denúncia escrita pelo bispo diocesano de Goiás, Dom Tomás Balduino, em 19 de setembro de 1975, insere as opressões do Araguaia em um contexto mais amplo, de luta pela liberdade, pelos direitos humanos e em oposição às arbitrariedades do momento vivido:

O que existe em torno de Dom Pedro Casaldáliga e o que se pretende com essas opressões? Não podemos pensar que os fatos ocorrem isoladamente. Eles estão dentro de um contexto mais profundo, mais sério de exigências, de maiores responsabilidades para a Igreja. Muitas investidas já foram feitas. A Igreja, entretanto, como depositária da mensagem de Cristo leva a frente a defesa aos direitos humanos, a luta pela liberdade, as denúncias sobre arbitrariedades que são cometidas, as injustiças de toda espécie. Campanhas difamatórias já foram lançadas contra Dom Hélder Câmara, contra Dom Ivo Lorscheider, secretário geral da CNBB, contra a arquidiocese de SP, envolvendo irmãos do episcopado e tentando criar um clima de calúnias e dissensões contra padres, contra religiosas, contra leigos engajados na pastoral, contra outros bispos, de forma menos explícita (BALDUÍNO, 1975, s/p).

Sobre a questão do Araguaia temos também a consternação de Dom Moacyr Grechi, em julho de 1977, afirmando que, pela primeira vez, “na história da República

brasileira, observava-se dezenas e até centenas de padres, agentes de pastoral leigos e até mesmo freiras sendo injustamente presos e condenados, muitos deles sofrendo tratamentos desumanos” (GRECHI, 1977, p.3). Interessante notar o uso de uma denotativa de inclusão para se referir às freiras. Ao dizer “até mesmo freiras” o bispo reafirma a presença das religiosas ao mesmo tempo em que admite seu caráter incomum. Ainda assim, esta presença pode ser igualmente constatada na documentação disponibilizada pelo projeto Memórias Reveladas. Encontramos, a respeito de eventos no Vale do Araguaia durante as décadas de 1970 e 1980, 27 processos que indicam a participação efetiva de 16 religiosas nominalmente citadas. A maioria destes processos apresenta compilados de documentos que permitem observar o estreito monitoramento ao qual as religiosas eram submetidas. Dados biográficos, elos familiares e de amizade, leituras e tendências ideológicas são constantemente acionados para justificar suspeitas de envolvimento com o clero progressista e com a subversão. Dentre eles, registram-se denúncias, ameaças de morte e, em um caso particular, encontramos a descrição de torturas às quais uma religiosa fora submetida.<sup>9</sup>

Mesmo na década de 1980, já iniciado o processo de abertura política, os conflitos em torno da terra e a participação de religiosas nesses conflitos continuam ganhando espaço em jornais e, inclusive, atenção no exterior. Em 1983, o Comité de Soutien aux avocats Brésiliens exerçant auprès des travailleurs ruraux, alocado em Nanterre (França) publicou um relatório chamado: “Brésil, persistance et durcissement des conflits de terre”. Entre diversas notas e depoimentos ressaltando a gravidade da questão agrária no Brasil, encontramos uma reprodução e respectiva tradução para o francês de matéria publicada em 19 de janeiro de 1983 no jornal Diário da Manhã. A reportagem “Getat acusa freiras por conflitos” fala sobre o envolvimento de três freiras, Beatriz, Lourdes e Nicole, as quais teriam incitado uma emboscada aos jagunços de um fazendeiro da região de Araguaia – Tocantins (COMITÉ DE SOUTIEN AUX AVOCATS BRÉSILIENS EXERÇANT AUPRÈS DES TRAVAILLEURS RURAUX, 1983, s/p). Em 1985, outras três religiosas, desta vez referenciadas como francesas, foram acusadas pelo assassinato de um fazendeiro. Conforme a nota “Trois religieuses françaises inculpées après l’assassinat d’un hacendero” (REVUE NOUVELLES, 1985, s/p), as irmãs Madeleine Hausser e Béatrice Kruch, atuando em Tocantinópolis e a irmã Nicole Combe, cujo trabalho pastoral era realizado na vila de Itaguatins, estavam entre os autores morais e intelectuais do assassinato de um fazendeiro e sua esposa. Acreditamos que as irmãs Béatrice e Nicole sejam as mesmas anteriormente acusadas pela GETAT em

<sup>9</sup> Esta documentação está sendo analisada de forma pormenorizada no projeto “As madres basbleu: religião, política e moral na ditadura e redemocratização (1959-1988)”, desenvolvido junto ao Laboratório de Estudos da Contemporaneidade, na Universidade do Estado de Santa Catarina.

1983, uma vez que o conflito de 1985 acontecera exatamente na mesma região que o anterior.

O problema de distribuição de terras e, especialmente, o envolvimento de padres e freiras em atividades missionárias consideradas subversivas não se restringiu à região do Araguaia. O boletim da Comissão Pastoral da Terra de 1977 ressalta também problemas vividos no Perímetro Betume, em Sergipe. O bispo de Própria, Dom José Brandão de Castro, em uma carta pastoral sobre o direito a posse da terra de cerca de 400 pequenos proprietários da região, referenciou o importante trabalho missionário desempenhado por padres, religiosas e leigos que, por muitas vezes, foram chamados de agitadores, subversivos e comunistas quando, na verdade, incentivavam estes trabalhadores a lutarem em defesa dos seus direitos (CASTRO, 1977, p. 9).

No Estado da Bahia a questão da terra também era pontuada de forma problemática, motivando até mesmo uma CPI da Grilagem no Estado. Nesta, além do assassinato do advogado Eugênio Lyra, o bispo de Juazeiro Dom José Rodrigues e a irmã Josefina, que atuavam na região, recebiam constantemente ameaças de morte por incentivarem e aceitarem depor na CPI (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1977, p. 16).

Ainda que muitas vezes o envolvimento de religiosas com as questões agrárias, atuando por meio de missões, assistência e conscientização, não signifique imediatamente o vínculo a alguma forma de engajamento político partidário, é necessário demarcar aqui as imbricações entre o social e o político. Em relação à questão agrária, ela deve ser compreendida como resultante de práticas políticas que antecederam o governo militar, porém foram agravadas nele. O processo de industrialização e urbanização encampado pelo governo incentivou a instalação de várias multinacionais. Além disso, obras públicas como a Transamazônica, a hidrelétrica de Itaipu e a ponte Rio-Niterói ressaltavam o investimento em infraestrutura, realizadas por empresas estatais, porém com recursos obtidos no exterior. A agricultura também estava incluída na pauta de desenvolvimento do regime, especialmente com a abertura de áreas de cultivo no Norte e Centro-Oeste e, para tanto, era necessária a ocupação e integração do território nacional. A ocupação e integração distanciavam-se dos projetos de reforma agrária, e conseqüentemente, não promoviam a resolução dos problemas causados pela extrema concentração fundiária, responsável pelas condições de miserabilidade do trabalhador rural. Tais projetos, ao mesmo tempo em que respaldavam economicamente o regime militar, marginalizavam grupos (no caso camponeses e indígenas), conforme podemos observar na publicação “O genocídio do Nordeste 1979–1983”, editada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT):

Nos anos que precederam o golpe de 64, o Nordeste era uma região explosiva, onde alguns movimentos, como as Ligas Camponesas, exigiam Reforma Agrária radical. O Regime Militar os sufocou com prisões e assassinatos apresentando um projeto alternativo de Reforma Agrária que contemplava ainda mais os latifundiários da região, via incentivos fiscais, para que modernizassem suas propriedades (...). As CEBs serviram muitas vezes, nesse Período, como instrumento de organização para os pequenos trabalhadores. Com sua dinâmica de reflexão sobre os problemas à luz do Evangelho e com o impulso para o enfrentamento coletivo, proporcionaram aos trabalhadores uma visão crítica a partir da prática, tirando-os do isolamento cotidiano (COMIDSÃO PASTORAL DA TERRA, 1983, s/p).

Dessa forma, religiosas e religiosos, ao assumirem a luta destes grupos através das pastorais indígenas e pastoral da terra, e exigirem melhores condições, criticando a precariedade e clamando pela reforma fundiária, apontavam as fragilidades e omissões do regime político em vigor. Ainda que o argumento principal seja o da justiça social e não o da reforma política direta, tal luta e as atitudes assumidas por bispos através dos pronunciamentos e posicionamentos da CNBB, por religiosos e, como podemos observar, por religiosas que atuavam diretamente nas comunidades de base, poderiam ser facilmente enquadradas na Lei de Segurança Nacional (LSN) de 1969 na medida em que eram crimes passíveis de pena:

Art. 23 Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou indivíduo; Art. 34. Ofender moralmente quem exerça autoridade, por motivos de facciosismo ou inconformismo político-social; Art. 39. Incitar: I — A guerra ou à subversão da ordem político-social; (BRASIL, 1969, s/p).

Devido à amplitude interpretativa da LSN, o inconformismo político-social e a subversão da ordem poderiam ser facilmente enquadrados e criminalizados. Scott Mainwaring corrobora tais reflexões na medida em que afirma que a “maioria dos

conflitos entre a Igreja e o Estado durante os anos de 1964–1973 envolvia líderes leigos pouco conhecidos e padres e freiras locais. A hierarquia se envolveu principalmente por causa das ações dos católicos nas bases”(MAINWARING, 2004, p.121).

Ainda que as ocorrências citadas digam respeito a atuação tanto de padres quanto de freiras, motivados aparentemente por ideais compartilhadas, consideramos de absoluta relevância salientar a presença das religiosas. Isso porque tal participação foi pouco documentada e, por esta razão, pouco ressaltada pela historiografia. O documento Brasil: nunca mais, lançado em 1985, relaciona detalhadamente casos que denunciam a violência da repressão política no Brasil. Organizado por Dom Paulo Evaristo Arns, Rabino Henry Sobel, pelo Pastor Jaime Wright e equipe, as centenas de páginas do documento citam cento e doze prisões de religiosos e religiosas, sendo que desses, nove foram bispos, oitenta e quatro sacerdotes, treze seminaristas e irmãos e apenas seis irmãs. Tais números incitam curiosidade quando sabemos da expressiva superioridade numérica de religiosas que atuavam no Brasil no mesmo período. Em 1968, segundo estudo publicado no Jornal do Brasil, para 7.454 religiosos, havia 41.424 freiras, das quais apenas 1.170 em regime de clausura (JORNAL DO BRASIL, 20/07/1968, p. 29).

Sobre a ação de religiosos e religiosas nas bases, conforme citado acima, é importante ressaltar que no Brasil, quase em sua maioria, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram criações de sacerdotes ou freiras. A participação de freiras nestas comunidades e as possibilidades interpretativas desta participação foram já abordadas por Maria José Rosado Nunes (1985). No texto de Nunes encontramos elementos fundamentais, os quais legitimavam a participação das irmãs nas CEBs e em movimentos sociais como atos cristãos, submetidos, portanto, mais ao vínculo religioso que político, percebidos à época de maneira distinta.<sup>10</sup> Segundo a autora, ao tratar das transformações da vida religiosa feminina a partir do momento em que grupos de religiosas começam a viver em meios populares, as comunidades eclesiais de base configuram-se enquanto espaços privilegiados de ação destas religiosas. Neste sentido, Nunes agrupa os trabalhos desenvolvidos em dois blocos: O primeiro formado pelas pastorais bíblicas, catequese, escola de ministérios, pastoral da juventude e o segundo por trabalhos que buscam a conscientização da mulher, alfabetização de adultos, defesa dos direitos humanos, clube de mães, trabalho com posseiros, garimpeiros, etc. A partir destes grupos (e das análises da autora), percebemos que parte das irmãs envolvidas com as CEBs relacionavam-se igualmente com movimentos populares. Nunes referencia irmãs que foram “detidas por participarem em piquetes em porta de fábrica ou em atividades como “quebra de asfalto”

---

<sup>10</sup> Devemos lembrar, no entanto, que apesar da legitimação religiosa, tal engajamento social não era unânime entre as religiosas, sendo que várias se mantinham segundo as regras da vida conventual apartada dos problemas político-sociais, seja por opção pessoal ou imposição congregacional.

em protesto pela falta de segurança do pedestre, ou de irem com as mulheres do bairro até a prefeitura reivindicar melhorias para a área” (NUNES, 1985, p. 168). Tais atividades, é importante ressaltar, justificam-se não apenas por motivações sociais, mas estas motivações estão profundamente atreladas aos sentidos atribuídos à vida religiosa neste contexto. Nas entrevistas realizadas para a efetivação de seu trabalho, Nunes percebe, em muitas das falas, a não dissociação entre fé e política e, neste sentido, o engajamento na luta por uma sociedade justa e igualitária se identifica a uma atividade de participação na construção daquilo que acreditavam ser o reino de Deus.<sup>11</sup>

Ainda que tais atividades tenham motivações diversas e busquem objetivos mais imediatos, diferentes de uma revolução política ou da destituição do governo militar, não podemos desconsiderar sua importância nos contextos das lutas democráticas implementados especialmente em meados da década de 1970. Marcos Napolitano contribui para nossa reflexão na medida em que afirma a importância de se perceber a resistência política fora de categorias tradicionais de ação e pensamento. Para o autor, a militância democrática, nos anos 70, acabou por “ressignificar espaços até então considerados fora dos limites da ação política, como o bairro, a igreja e o interior da fábrica”(NAPOLITANO, 2006, p.17). A democracia como objetivo e a sociedade civil como espaço de lutas políticas acabou por propiciar uma aproximação entre os setores populares, que buscavam na democracia a efetivação de direitos coletivos, a melhoria nas condições de vida e a possibilidade de participação efetiva da gestão do que era de interesse público, e os militantes organizados de esquerda, para os quais a democracia configurava-se como uma bandeira de luta contra o regime (NAPOLITANO, 2006).

As ações de religiosas nestas atividades, que muitas vezes foram consideradas subversão da ordem, retomando a LSN de 1969, e que ocorriam, comumente, nos trabalhos de conscientização e assistência desenvolvidos em comunidades de base, podem ser observadas em diferentes regiões do país. O Jornal da Tarde de 28 de junho de 1971, relata brevemente a subversão de religiosos em Colatina, no ES. Segunda a nota, o ex-padre Osório Lopes Soares e a freira (licenciada) Amélia Ferreira Rosa eram os organizadores de um aparelho subversivo que atuava no interior do Espírito Santo. Este aparelho, chamado JAT — Juventude, Amizade e Trabalho —, era majoritariamente frequentado por estudantes e, entre os indicativos de subversão coletados pela polícia federal, estavam: “cartazes com fotos de crianças pobres, tumultos em ruas, líderes revolucionários e até slogans (Para ser totalmente livre é preciso não possuir nada e Vive mais quem ousa mais)” (JORNAL DA TARDE, 28/06/1971, s/p.). Acentuando o teor

---

<sup>11</sup> Sugerimos a leitura do texto de Rosado Nunes para uma discussão substancial acerca de uma compreensão teológica dos trabalhos de inserção social das religiosas no período em questão.

de subversão destas provas, Osório Soares confessou ser o autor das frases e a irmã Amélia assumiu considerar Fidel Castro um grande líder.

A presença de cartazes foi também a evidência utilizada no processo contra a irmã Leonilde Boscaine, entre outras pessoas. O crime alegado era a divulgação de propaganda subversiva através da encenação de uma peça chamada “Patrão e Operário”, que tinha a religiosa como diretora. O processo ocorrido entre 1969 e 1971 é um exemplo bastante claro das proximidades possíveis entre atos motivados por desejos de justiça social e subversão. A irmã Leonilde e outras seis pessoas, incluindo o padre católico Oscar Albino Fuhr, foram submetidos a inquérito policial em 1969. A religiosa era formada em filosofia pela PUC e congregada da Ordem de São José, realizando seu apostolado como professora primária no Colégio Sevigné, em Porto Alegre. No requerimento de instauração da ação penal, encaminhado pela procuradoria em 20 de abril de 1970, encontramos a justificativa seguinte:

Os seis primeiros denunciados, embora perfeitamente identificados nos seus comuns objetivos, sob a coordenação da última, a freira Leonilde Boscaine, constituindo um elenco de artistas amadores, encenaram, no dia 1º de maio de 1969, no salão paroquial da Igreja São Paulo (...) uma peça teatral denominada “O PATRÃO E O OPERÁRIO”, mais ou menos entre 19 e 20 horas, assistida que foi por apreciável número de pessoas entre crianças e adultos, sendo estes, na sua maioria, operários.

Tão bem cientes estavam de seus ilícitos objetivos, visados na ocasião, que os seus organizadores ora denunciados “decoraram” o salão paroquial com cartazes por eles mesmos confeccionados, com sentido incitativo à animosidade às autoridades constituídas, ao ódio e à luta de classes. (...)

Basta uma simples incursão ao conteúdo do texto da peça “O PATRÃO E O OPERÁRIO”, com o subtítulo “NICOLAU RECEBEU O PAGAMENTO” (...) para bem se aquilatar dos fins alvejados pelos ora denunciados, diante de uma assistência operária de, aproximadamente, duzentas pessoas. Os fatos supra apontados atentam contra a ordem política e social e violam, flagrantemente, disposições da Lei

de Segurança Nacional. (SUPREMO TRIBUNAL MILITAR, 1972, p. 05)

O desenvolvimento do processo apresenta algumas contradições, uma vez que em sua primeira declaração, a religiosa se exime de qualquer relação com o ocorrido, na medida em que afirma ter apenas dado algumas orientações àqueles que deveriam assumir papéis na encenação. Ainda assim, apesar de seu envolvimento praticamente inexistente, afirma que não havia nenhuma intenção de rebeldia no texto da peça. Em seu segundo depoimento, realizado meses depois, a irmã assume a coordenadoria dos trabalhos, ressaltando que o único objetivo da peça era chamar a atenção para a insuficiência do salário-mínimo na época.

Após uma sucessão de contradições e a condenação em primeira instância dos réus, tendo a religiosa como coordenadora e organizadora, a apelação obteve a absolvição utilizando, entre os argumentos de defesa, os seguintes termos:

Seria constrangedor, para nós, ver condenada uma jovem religiosa, cuja inexperiência está patente nos autos, através do testemunho do Ten. Cel. Geraldo Lauro Marques (fls. 191). Seu único pecado, talvez, foi ter querido buscar em fonte ainda conservadora de ranços do peleguismo (no caso o Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre), o material para comemorar o dia 1 de maio (SUPREMO TRIBUNAL MILITAR, 1972, p. 328).

A absolvição de Leonilde Boscaine, que na época contava 27 anos, deveu-se especialmente a um tenente, cujo depoimento foi assumido como prova irrefutável da inexperiência e ingenuidade da religiosa, tornando-a inapta a qualquer atitude engajada ou de subversão. O Ten. Marques havia estudado com ela nos tempos de faculdade de filosofia e, em seu depoimento, afirmou que estas – inexperiência e ingenuidade – eram características de todas as freiras que ingressavam nos bancos universitários.

É pertinente atentar ao depoimento do tenente, na medida em que ele evoca uma certa essencialização das religiosas, ao atribuir-lhes a condição de apatia política, resultante da inexperiência e ingenuidade. Seguindo tal lógica, não se poderia considerar uma religiosa culpada de algo para o qual, por ser religiosa, não estaria apta a ser. Para além da evidente constatação de essencialização, salta aqui aos olhos a eficácia do argumento. Se não é possível, pela leitura dos autos, afirmar de forma irrefutável o grau de consciência política da religiosa, fica bastante evidente o apelo ao senso comum,



segundo o qual o engajamento político parecia não combinar com a vida religiosa feminina.

Este suposto apelo do senso comum coloca-nos diante de uma interessante contradição: ao mesmo tempo em que essa condição “apolítica” que caracterizaria a vida religiosa feminina parece ter sido suficientemente verossímil para a absolvição de Leonilde Boscaine, a pesquisa nos acervos do Memórias Reveladas mostra-nos que a simples condição de religiosa não era, de todo, garantia de insuspeição. A pesquisa no banco de dados, com buscas realizadas via termos-chave conforme anteriormente explicitado, colocou-nos diante de cerca de 3.000 processos. Ao analisá-los, categorizamos 424 documentos que, de alguma maneira, discorrem sobre o envolvimento de religiosas com ações enquadradas como suspeitas ou subversivas entre 1964 e 1985. Dentre as temáticas encontradas, destacamos relatórios de monitoramento de atividades pessoais de religiosas que, pelas mais distintas razões, inquietavam os órgãos de informação. Outros destinavam-se a atestar a perigosa infiltração comunista entre membros do clero. Outros ainda traziam indicativos da periculosidade das ações perpetradas pelas religiosas junto às comunidades eclesiais de base, pastorais diversas, atuação em hospitais e educandários. Destacamos igualmente séries de documentos que tratam das ações de religiosas vinculadas a Comissão Pastoral da Terra e a atuação junto a sindicatos, dentre os quais, o dos metalúrgicos de São Paulo.

No sentido de exemplificar tamanha diversidade, citamos o processo 0.0037 encaminhado pelo Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal em 1972, segundo o qual o padre Vicente Torres Mourão, da paróquia de Independência–CE, era denunciado por atividades nitidamente subversivas. Ao lado dele, segundo o processo, atuavam as freiras Divane Sampaio Siedra, Maria Alice de Oliveira e Maria Aldamir de Almeida (CENTRO DE INFORMAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, 1972), No mesmo ano, conforme o processo DSI/MJ 00.307, as atividades de padres e freiras belgas, entre as quais, Thereza Alberte, Mathilde Antoniette, Cecília Pranger e Francisca, eram relacionadas às “pregações subversivas” do diácono Hélio Paulo Coimbra. (SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO, 1972). Em 1975, as irmãs Maria de Lourdes Andrade e Ieda Cardoso chamavam a atenção de órgão policiais em função de seus envoltimentos em obras sociais sacramentinas (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1975). Um prontuário policial do mesmo ano, produzido pelo Serviço Estadual de Informação, da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Sergipe, referencia um encontro de jovens onde ocorreram pregações de caráter subversivo, sob a coordenação de estudantes, professores e freiras (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO SERGIPE, 1975). Em 1978 são documentadas referências a Sofia Dias Batista (SECRETARIA DE

SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1978), freira, agente de pastoral e infiltrada (sic) (CUBAS, 2018, p. 228–229).

Por fim, no que tange ao envolvimento de religiosas com atividades de cunho político-social, no sentido de reforçar nossa contestação a esta imagem presumidamente apolítica que, por vezes, pairava sobre suas ações, referenciamos o caso da teóloga Ivone Gebara, que ingressou aos 22 anos na Congregação das Irmãs de Nossa Senhora Cônegas de Santo Agostinho<sup>12</sup>. Desde os dezoito anos era estudante de filosofia e lecionava em um colégio, em São Paulo, onde estabeleceu contatos que marcaram sua vida e redefiniram sentidos de sua trajetória: os dominicanos e a militante Carmem, a quem atribui, em parte, sua entrada no mundo da política, das leituras marxistas e da militância contra a ditadura militar. Segundo Gebara, é com Carmem, no espaço do colégio, que se informava sobre a situação dos presos políticos e da violência que abalava o país (RAGO, 2013, p. 85). Em entrevista ao Instituto Humanitas, da UNISINOS, Gebara narrou, a respeito dos tempos de ditadura militar: “Fui detida junto com uma de minhas amigas, que era professora de química, mas às duas da manhã a polícia me deixou sair e ela ficou detida. Minha amiga pertencia a um grupo político. Eles a torturaram” (INSTITUTO HUMANITAS, 2012). Além da amiga professora, Gebara conta que quando ingressou na Universidade para estudar filosofia encontrou algumas freiras que estavam bastante vinculadas politicamente e que a partir daí este tipo de trabalho, ao lado de populações carentes, começou a nortear seus planos como possibilidade de vida. Sua militância política e social é potencializada quando, em 1973, é convidada por Dom Helder Câmara, então arcebispo de Olinda e Recife, para lecionar teologia e filosofia no Instituto de Teologia do Recife, em substituição ao padre Joseph Comblin, um dos expoentes da Teologia da Libertação, expulso do Brasil pela ditadura militar. Ao falar sobre seu deslocamento para o Nordeste, em função das aulas que deveria assumir, Ivone afirma o seguinte:

E cheguei para dar aula por três meses e fiquei até hoje, o que para mim é muito importante. (...) Então eu fico três meses lá, mas fico apaixonada por Recife. Era a Igreja de lá, os movimentos sociais, a luta contra a ditadura, era aquele ambiente efervescente, e um era preso e a gente ia atrás tentando tirar. Tinha gente que vinha assistir às minhas aulas que você sabia que era da polícia... (RAGO, 2013, p. 86).

<sup>12</sup> A presente reflexão foi preliminarmente apresentada em Cubas, 2008.

A relação com Dom Helder Câmara, assim como o trabalho desenvolvido no Instituto teológico e nas comunidades eclesiais fazem de Ivone Gebara um exemplo bastante evidente de religiosa engajada, progressista e combativa. Suas posturas posteriores em relação ao aborto e à emancipação feminina reafirmam tais observações.

### ***Considerações Finais***

Apesar de pouco divulgados, são inúmeros os casos que nos permitem pensar o envolvimento de religiosas em movimentos de oposição político-social à ditadura militar no Brasil. Tal como acontecera com padres e bispos, algumas envolveram-se diretamente, outras foram envolvidas por seus pares e outras ainda, pelas mais diferentes razões, mantiveram posicionamentos contrários aos apregoados pela Igreja progressista. Quando afirmamos que, através da CNBB, a Igreja brasileira se posicionou contrária aos excessos do regime militar, isto não significa que todos os padres e bispos sustentavam uma voz uníssona a respeito do regime instaurado em 1964. Esta diversidade é também perceptível entre as religiosas. Engajamentos publicamente assumidos como políticos dividiam espaço com ações motivadas por razões sociais, de solidariedade e, obviamente, de cunho religioso (o que não os torna, necessariamente, menos políticos).

Existiam igualmente aquelas que preferiam a abstenção e o silêncio. Que consideravam a política um assunto inadequado às religiosas. Ou ainda aquelas em desacordo com as mudanças que se impunham à vida religiosa feminina, em termos políticos, sociais e teológicos. É importante admitir que, similarmente como ocorrera aos padres e bispos perante a ditadura, as religiosas também foram interpeladas e fizeram escolhas. Tais escolhas, todavia, foram transpassadas por ponderações distintas, ligadas a opções pessoais, formação familiar, vinculação institucional, e, fundamentalmente, questões de gênero. O tratamento despendido pela instituição diferia para padres e religiosas. A possibilidade da fala também.

Neste artigo, elencamos eventos marcados pelo envolvimento de religiosas em movimentos de cunho social que tinham claras implicações políticas. Os exemplos aqui citados, porém, não encerram todas as formas de atuação que estas mulheres desempenharam durante os anos de ditadura militar no Brasil. Nos acervos consultados, nos deparamos com religiosas erguendo cartazes em passeatas, junto a marcha dos 100 mil; com ações organizadas de denúncia e publicização dos excessos cometidos pelo regime militar, notadamente no que concerne à tortura; com pautas progressistas sendo energicamente defendidas em colégios católicos; com ações de acolhimento e acobertamento de perseguidos pela polícia política; com mobilizações em prol de melhores condições de vida, trabalho e subsistência. Os casos aqui expostos permitem

afirmar a necessidade de ampliação das pesquisas que versam sobre ditadura militar no Brasil. Iniciativas como as do projeto Memórias Reveladas permitem alargar nosso olhar para a multiplicidade de sujeitos, espaços e experiências, permitindo-nos contestar discursos que tentam quantificar a violência da ditadura (chegando, por vezes, a sugerir-la branda). A consolidação de nossa experiência democrática demanda adensar nossa compreensão acerca do que significou viver sob o jugo de um regime autoritário, assim como um exercício constante de conscientização do quão presente é este passado. Assim, atentar à participação de religiosas em movimentos de resistência e oposição à ditadura militar é não apenas um imperativo historiográfico, mas um compromisso político-social.

### **Referências Bibliográficas**

- ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DE SÃO PAULO. A paralisação do Memórias Reveladas e os 60 anos do Golpe Militar. *Ponto de Vista*. 30/01/2024. Publicado em: pontodevistaarqsp.wixsite.com. Acesso em 01/02/2024.
- BALDUÍNO, Dom Tomás. *Carta*. Goiás, 13 set 1975. Disponível para consulta em La Contemporaine. Fundo F 1120 (4) — Christianisme et Politique au Brésil. Nanterre – França.
- BASSANI, Marili. Entre discursos e representações: uma leitura da participação religiosa das mulheres nas comunidades eclesiais de base, 1960–1980. *Revista Anuas*. Campinas, n.4, p.1-23, abr. 2007.
- BRASIL, República Federativa do. Decreto-lei No. 898. 29 de setembro de 1969.
- BRUNEAU, Thomas. *Religião e politização no Brasil: a Igreja e o regime autoritário*. Tradução de Margarida Oliva. São Paulo: Loyola, 1979.
- CASALDÁLIGA, Dom Pedro. Carta de Dom Pedro Casaldáliga. *Boletim do Centro de Informações Ecclesia*. Ed. extra n.04. Centro de Informações Ecclesia: São Paulo, 13 jun 1973, s/p.
- CASTRO, Dom José Brandão de. Carta Pastoral. *Boletim da Comissão Pastoral da Terra*. No. 11. Ano III. Jul/ ago. 1977. p.9.
- CENTRO DE INFORMAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. *Processo SECOM n.º 03.138*. Código de Referência: BR RJANRIO,XX TT.0.MCP, PRO.225
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *O genocídio do Nordeste 1979–1983*. São Paulo: Edições Mandacaru: Editora Hucitec, 1983.
- COMITE DE SOUTIEN AUX AVOCATS BRESILIENS EXERÇANT AUPRES DES TRAVAILLEURS RURAUX. *Brésil, persistance et durcissement des conflits de terre*. Nanterre, 1983.

- CUBAS, Caroline Jaques. *Do hábito à resistência: freiras em tempos de ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.
- DELLA CAVA, Ralph. *The church and the abertura in Brazil*. Notre Dame: Kellogg Institute, 1988.
- FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v.9, n.20. p. 05–74. Jan/abr. 2017.
- GRECHI, Dom Moacyr. Boletim da Comissão Pastoral da Terra. N.º 11. Ano III. Jul/ago. 1977. p. 3. Disponível em La Contemporaine. Fundo F 1120 (4) — Christianisme et Politique au Brésil. Nanterre – França.
- GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- INSTITUTO HUMANITAS. *Uma clara opção pelos direitos das mulheres*. Entrevista com Ivone Gebara. UNISINOS, 25 de junho de 2012. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/511796>. Acesso em: 03 abr. 2012.
- JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204–251, 2018. DOI: 10.5965/2175180310232018204. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018204>. Acesso em: 7 fev. 2024.
- JORNAL DA TARDE. *A subversão de religiosos, em Colatina*. São Paulo. 28 jun. 1971. s/p.
- JORNAL DO BRASIL. *Quem são os religiosos no Brasil*. Rio de Janeiro, 20 de jul. 1968. 1º Caderno. P. 29.
- LOWY, Michael. *Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis–RJ: Vozes, 2002;
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- NAPOLITANO, Marcos. *Cultura e Poder no Brasil Contemporâneo*. Curitiba: Juruá Editora, 2006.
- NUNES, Maria José F. Rosado. Teologia feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 14, n. 1, Apr. 2006. \_\_\_\_\_ . *Vida Religiosa nos meios populares*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- MOITA, Rodrigo Patto Sá. *Passados Presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- PY, Fábio; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. Atuação de religiosos luteranos nos movimentos sociais rurais no Brasil (1975–1985). *Tempo*, v.24, 2018.
- RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escritas de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

- REZENDE, Maria Valéria Vasconcelos. *A Vida Rompendo Muros: Carisma e Instituição – As pequenas comunidades religiosas femininas inseridas no meio popular no Nordeste*. 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa–PB.
- REVUE NOUVELLES. *Trois religieuses françaises inculpées après l'assassinat d'un hacendero*. France, 1985, s/p.
- SALEM, Helena. (Org.) *A Igreja dos oprimidos*. São Paulo: Debates, 1981.
- SCOTT, Joan. *De l'utilité du genre*. Paris : Fayard, 2012.
- SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Código de Referência: BR SPAPESP,XX DSP.SS.ZW.196407
- SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Código de Referência: BR SPAPESP,XX DSP.SS.ZW.212292
- SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO SERGIPE. Código de Referência: BR SEAPES,XX SEI.0.0.692
- SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO. *Processo SECOM n.º 53.985*. Código de Referência: BR RJANRIO,XX TT.0.MCP, PRO.247
- SERBIN, Kenneth. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SERBIN, Kenneth P. *Padres, Celibato e Conflito Social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. *Apelação 2839*. Estado do Rio Grande do Sul. 1972. fl. 05, 328. Disponível em [http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB\\_05&pesq=&pesquisa=Pesquisar](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB_05&pesq=&pesquisa=Pesquisar). Acesso em 24/ 03/ 2014.
- VALÉRIO, Mairon Escorsi. *Entre a cruz e a foice: Dom Pedro Casaldáliga e a significação religiosa do Araguaia*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Campinas. Campinas.